



2016 REUNIÃO DE ALTO NÍVEL SOBRE O FIM DA AIDS

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
NOVA YORK | 8-10 DE JUNHO 2016

Plenária durante a Reunião da Assembleia Geral - 8 de Junho de 2016 Embaixador Antonio Patriota

Quinze anos atrás, os nossos países se reuniram neste mesmo plenário, no contexto da Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral sobre HIV/AIDS. É encorajador reconhecer o progresso impressionante alcançado globalmente. O fato de esta reunião ser essencialmente sobre acabar com a AIDS nas próximas décadas, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mostra que há algumas boas razões para otimismo. No entanto, todos nós sabemos que ainda há muito a ser feito se quisermos por um fim à epidemia de AIDS até este prazo.

O Brasil apoia plenamente a meta 90-90-90 do UNAIDS até 2020 como um meio para intensificar rapidamente a resposta global ao HIV/AIDS, a fim de cumprir a meta ODS 3.3 dez anos depois. Tanto esse objetivo quanto a estratégia prevista no relatório do Secretário-Geral Acelerando a Resposta para acabar com a epidemia de AIDS nos demandam articular os três elementos que devem orientar os nossos esforços: universalização do acesso à prevenção e ao tratamento; promoção dos direitos humanos das pessoas infectadas com o HIV/AIDS; e garantia da disponibilidade dos recursos nacionais e internacionais necessários.

O Brasil foi pioneiro na universalização do acesso ao tratamento nos anos 90. Em 1996, adotamos uma lei nacional que estabelece que o tratamento seja disponibilizado pelo sistema nacional de saúde gratuitamente para todas as pessoas infectadas, o que ajudou a criar a base para um programa nacional plenamente desenvolvido. Nos anos seguintes, o Brasil continuou na vanguarda das melhores práticas na resposta ao HIV/AIDS. Fomos o primeiro país em desenvolvimento a adotar a abordagem do tratamento como prevenção, recomendando a terapia antirretroviral desde o início da infecção, independentemente da contagem de CD4, uma recomendação que seria aprovada pela OMS dois anos mais tarde.

Hoje, 474 mil pessoas se beneficiam da terapia antirretroviral no meu país. Uma vez que os custos envolvidos são um desafio, é importante enfatizar o papel crucial desempenhado pelos Estados - isoladamente ou associadas no contexto das organizações regionais, por exemplo - na criação de mecanismos para ajudar a reduzir os preços da terapia, tais como práticas ativas de negociação em aquisições públicas de medicamentos, a criação de mercados de medicamentos genéricos e o desenvolvimento de políticas públicas industriais para o setor de medicamentos.

Hoje em dia, 11 dos 22 medicamentos antirretrovirais utilizados no Brasil são produzidos localmente, os preços praticados no mercado interno pelas empresas farmacêuticas são muito inferiores aos preços médios internacionais e muitas parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP) foram estabelecidas, permitindo a transferência de tecnologias para indústrias públicas domésticas.

Felizmente, o quadro institucional internacional de resposta ao HIV/AIDS é muito mais sofisticado e eficiente do que há 15 anos. Temos de reconhecer que a ação de mecanismos inovadores como o Fundo Global, Gavi e UNITAID teve um grande impacto na última década e meia, particularmente em países de baixa renda, ajudando a superar as falhas institucionais e de mercado que impediam a prática de preços mais baixos e, conseqüentemente, o acesso aos medicamentos.

Dito isto, é importante sublinhar neste fórum o papel desempenhado pelas flexibilidades de saúde pública do Acordo TRIPS. Mesmo que raramente evocadas, elas são o alicerce silencioso dos preços mais baixos e das políticas de acesso desenvolvidas nacional e internacionalmente - e estão aqui para ficar. Nas discussões atuais sobre a resposta global ao desafio da resistência antimicrobiana (AMS), por exemplo, devemos ter certeza de que não haverá retrocessos no acesso ao tratamento.

Na era da prevenção combinada do HIV/AIDS, o debate sobre o tratamento está cada vez mais entrelaçado com o da prevenção. Nesse domínio, esta reunião fará história na medida em que endossa o foco nas populações-chave mais afetadas como uma abordagem decisiva para ajudar a alcançar nossos objetivos ambiciosos, mas viáveis, para 2020 e 2030. Eu vou além e afirmo que as populações-chave não são um foco passivo, mas aliadas fundamentais na resposta e, em conselhos sobre políticas de HIV/AIDS, representam uma ferramenta crucial para a inclusão e a eficácia das nossas políticas. Nesse esforço, diferenças regionais e nacionais devem ser reconhecidas, como é o caso, por exemplo, no Brasil, da alta incidência do HIV/AIDS entre as pessoas que usam drogas estimulantes e homens jovens que fazem sexo com homens.

O foco nas populações-chave não é apenas uma questão de eficácia, mas também de promoção dos direitos humanos, sem qualquer discriminação. No Brasil, nosso Congresso aprovou, dois anos atrás, uma lei nacional transformando a discriminação contra as pessoas vivendo com HIV/AIDS em um crime, sujeito a prisão e a multas, dentro do espírito da Declaração Política da Reunião de Alto Nível de 2011.

Finalmente, embora a experiência bem-sucedida dos últimos anos tenha nos possibilitado conhecer muito bem como acabar com a AIDS, o conhecimento não será suficiente se o mundo não aumentar o investimento necessário para cumprir nossa meta. Isso não é novidade, uma vez que concordamos em fazer isso tanto na Agenda 2030 quanto na Agenda de Ação de Adis Abeba. O Secretário-Geral aponta de forma muito precisa no seu relatório que é falso afirmar que a solidariedade global para o HIV/AIDS tenha alcançado seu limite, uma vez que a grande maioria dos países de alta renda doam uma parte do total de recursos internacionais disponíveis para HIV/AIDS, abaixo da proporção desses países no PIB mundial. Parcerias entre diversas partes interessadas também devem continuar a desempenhar um papel crucial e, juntamente com AOD e mobilização adequada de recursos domésticos, ter um impacto decisivo nos países em desenvolvimento.

Há tanta coisa que ainda pode ser feita. O governo brasileiro, em linha com a nossa tradição de solidariedade e nosso progresso na resposta ao HIV/AIDS, continuará a se envolver em esforços de cooperação com os nossos parceiros no mundo em desenvolvimento, particularmente na América Latina e Caribe e na África, para ajudar fortalecer a resposta global.

Em todos os nossos países, apesar de todo o progresso, muitas pessoas ainda estão sendo infectadas pelo HIV. Nesta conjuntura, temos uma oportunidade única para acabar com a epidemia e ninguém deve ser deixado para trás. Vocês podem contar com o Brasil.